

## EDITORIAL

*Sueli Cristina Marquesi*

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

*Maria Inês Batista Campos*

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

### A escrita na universidade: três visões lusófonas

Com este tema, que convida à reflexão advinda de um rico diálogo multicultural, entre realidades de três países do mundo lusófono – Portugal, Moçambique e Brasil –, a *Revista Linha d'Água* estende sua interlocução, para além deste lado do Atlântico e, além dele, para o Índico, envolvendo pesquisadores de três continentes diversos, em torno de uma questão comum, que é a que se define pela problemática da escrita na universidade.

Sob diferentes pontos de vista teórico-metodológicos, à luz de vertentes teóricas que estudam a escrita em sua complexidade textual/discursiva, os autores dos artigos reunidos neste número oferecem, a professores e pesquisadores, importantes reflexões e proposições, para que, rompendo fronteiras, construam sentidos sobre como a escrita ocorre nos meios acadêmicos dos dias de hoje.

Haveria maior motivação para os que se interessam pelo tema, do que esta possibilidade de ver, no centro dos debates, o tratamento multidisciplinar dado à questão? Haveria maior incentivo à continuidade das pesquisas na área, do que ver a indicação de limites e perspectivas resultante do trabalho de estudiosos que há tanto tempo se dedicam à questão?

Na leitura dos artigos que compõem este número de *Linha d'Água*, certamente, por suas distintas formas de abordagem, como veremos na sequência das

interloquções propostas, encontramos respostas positivas, tanto no que se refere à motivação quanto ao incentivo à continuidade da investigação científica, principalmente, considerando-se o fato de que, no escopo do número, contemplam-se trabalhos de natureza teórico-analítica, com destaque àqueles que se relacionam ao ensino e suas práticas, não só em cursos de Letras, como também em cursos de outras áreas do conhecimento.

Vamos começar o rico percurso em que a interlocação é aberta com a visão lusófona portuguesa da professora Maria da Graça Lisboa Castro Pinto, cujo artigo, intitulado “Os meandros da escrita acadêmica. Alguns recados aos estudantes universitários”, discute a escrita-composição como uma prática continuada. A autora trata dessa prática distante de uma mera mecânica de justaposição de palavras, cujo exercício, na melhor das hipóteses, em seu dizer, obedece às regras prescritas pela gramática. Segundo a pesquisadora, as novas tecnologias da comunicação, mesmo tão usadas na atualidade, nem sempre garantem bons exemplares de escrita, o que alerta para o desafio que é a vivência da escrita. Fica claro, na discussão realizada por Castro Pinto, que não bastam os meios, uma vez que, apesar de as mensagens se subordinarem a esses meios, o mais importante é que os jovens universitários conheçam os vários registros da escrita e que a escrita acadêmica, que será requisitada na universidade, deverá respeitar tanto uma redação caracterizada por regras específicas, como uma estrutura regida por normas próprias, estabelecidas internacionalmente. Com essa abordagem, a autora cumpre o que indica no título de seu artigo, deixando alguns recados aos estudantes que se iniciam na escrita acadêmica, contribuindo, assim, para que possam redigir trabalhos adequados ao esperado pela comunidade científica, responsável pela avaliação que um dia lhes permitirá integrá-la.

Na sequência, a interlocação com a visão lusófona moçambicana é introduzida pelo professor Armando Jorge Lopes que, com o artigo “O aluno universitário moçambicano PL2 e os caminhos da escrita: um trilho seguro vale mais do que os dois que puseram a quizumba a mancar”, analisa segmentos discursivos, com muita propriedade por ele nomeados *infelizes*, o que o faz por meio de dados de corpora de doutorados em linguística recentemente concluídos na Universidade Eduardo Mondlane (UEM), escritos por alunos que têm o Português como língua segunda (PL2). Em sua análise, o pesquisador discute, especificamente, a natureza da

nomeada *infelicidade* discursiva no que diz respeito a marcadores e outros elementos idiomáticos e culturais, assumindo que os aprendentes de uma língua, de nível avançado, devem adquirir as necessárias convenções e preferências retóricas e discursivas, para que o processamento linguístico-discursivo seja cada vez mais determinado por práticas de coesão textual e de coerência discursiva. Segundo a abordagem de Lopes, a idiomaticidade, que é pessoalizada e idiossincrática, guarda estreita relação com formações peculiares a determinada língua e cultura, normalmente reconhecidas por escreventes nativos ou quase-nativos. Em sua discussão, o autor defende que o escrevente PL2, em média, não tem normalmente dificuldades com o conteúdo da mensagem, embora tenda, por vezes, a evidenciar dificuldades no modo como estrutura o conteúdo, o que revela problemas relacionados à tipologia textual e idiomaticidade, seja pelo que nomeia por *defeito* (*escrita sub-idiomática*), seja pelo que nomeia por *excesso* (*escrita sobre-idiomática*), quando comparados com a escrita nativa. Por fim, ressalta que a superação desse tipo de problemas é alcançada quando se centra o processo de ensino-aprendizagem no aprendente.

A visão lusófona brasileira, por sua vez, tem sua interlocução iniciada pelas vozes das professoras Sueli Cristina Marquesi e Ana Lúcia Tinoco Cabral, que, a partir de suas vivências no ensino e na pesquisa na área jurídica, desenvolvem o artigo intitulado “A escrita na universidade: dificuldades na redação do vestibular e perspectivas para alunos do curso de direito”. Em sua abordagem, as pesquisadoras propõem uma reflexão sobre dificuldades de escrita de alunos de primeiro ano do curso de Direito de uma universidade brasileira, a partir de dados levantados em provas escritas de exame vestibular do ano de 2017. Do corpus levantado, a título de exemplificação, Marquesi e Cabral apresentam a análise de uma redação, adotando, para tanto, procedimentos analíticos que conjugam noções de plano de texto e de contexto, bem como estudos sobre revisão de escrita. Orientando-se pela discussão dos resultados da análise realizada, as estudiosas apontam caminhos para um ensino da escrita que vise à superação de dificuldades escrita hoje apresentadas por alunos da área em foco, principalmente no que diz respeito à organização da estrutura composicional do texto.

Em continuidade à interlocução lusófona portuguesa, temos o artigo da professora Isabel Roboredo Seara, intitulado “A escrita como revelação do ‘eu’”, em

que a pesquisadora, em um primeiro momento, passa em revista alguns traços caracterizadores da escrita intimista, da exigência temporal ao processo de narração retrospectiva, do fragmentarismo à descontinuidade, da ambição recapitulativa ao risco do esquecimento. Em sua discussão, numa perspectiva pragmática, Seara focaliza o ato de confiança desenhado no espaço de escrita autobiográfica, destacando que esse ato estabelece a revelação do eu, visa e proclama concomitantemente a partilha comunicativa. A partir da análise de vários textos representativos dos gêneros textuais, a estudiosa mostra as marcas discursivas que caracterizam esta enunciação intimista e fragmentada, por um lado, e dialógica, por outro, concluindo da permeabilidade, da porosidade destes processos e evidenciando a dimensão compósita destas práticas de escrita.

Na sequência da interlocução moçambicana, a professora Cecília Mavale, em seu artigo “Para uma análise da estrutura retórica em textos escritos produzidos por estudantes universitários moçambicanos”, destaca a escrita como um processo dinâmico que não se resume ao conhecimento exclusivo do código linguístico. A pesquisadora, em suas reflexões, reafirma a importância de uma escrita que tenha em conta determinadas finalidades comunicativas, uma vez que estas determinam a configuração do texto, não bastando, para tanto, produzir sequências linguísticas estruturalmente corretas sem a compreensão do modo como a língua está estruturada para fins de uso. Nesse contexto, a autora recorre a uma abordagem funcional para analisar alguns mecanismos responsáveis pela criação de discursos coerentes e coesos, que reflitam propósitos comunicativos apropriados em diferentes situações. Mavale ressalta como objetivo principal de seu trabalho a discussão sobre a importância do conhecimento da estrutura retórica do gênero textual opinativo, de superestrutura argumentativa na produção de textos escritos por estudantes universitários que têm a língua portuguesa como língua segunda. Para atingi-lo, a pesquisadora selecionou 10 (dez) composições produzidas por estudantes dos cursos de Matemática e Filosofia, de uma instituição de ensino superior de Moçambique, na cidade de Maputo, em contexto caracterizado pela coabitação entre línguas bantu e a língua portuguesa, destacando que os resultados obtidos em sua análise evidenciam o fraco domínio dos padrões de organização retórica, o que

implica um ensino explícito das diferentes maneiras de estruturação de textos, dependendo dos objetivos comunicativos que estão na origem da produção textual.

Na progressão da visão brasileira, estabelecemos a interlocução com os professores Vanda Maria da Silva Elias e Sandro Luis da Silva, por meio do artigo intitulado “Multimodalidade na escrita de artigos científicos: aspectos teórico-analíticos e contribuições para o ensino”. Para sua abordagem, os pesquisadores enfocam a escrita do gênero artigo científico, visando à discussão de aspectos multimodais, em *corpus* constituído por artigos da área de Letras, extraídos de revistas científicas *on-line*. Para tanto, Elias e Silva ancoram sua reflexão em estudos do texto que vêm incorporando ou apontando para a necessidade de considerar aspectos multimodais no encaminhamento teórico-analítico e respondem a três importantes questões: 1. O que é multimodalidade e como a noção vem sendo incorporada aos estudos do texto na atualidade? 2. Quais aspectos multimodais se destacam na produção de artigos científicos e que funções assumem? 3. Quais contribuições esses recursos multimodais oferecem ao ensino da produção escrita na universidade?

Na última visão lusófona portuguesa aqui tratada, a interlocução com as professoras Rosalice Pinto, Gorete Marques e Marisa Dinis é estabelecida por meio do artigo intitulado “Produção escrita para (da) academia em contexto universitário pós-Bolonha: uma reflexão crítica”. Em sua abordagem, as pesquisadoras descrevem a agentividade dos principais protagonistas (discentes e docentes) nas propostas apresentadas pela Declaração de Bolonha, em seu Decreto-Lei 74/2006, de 24 de março, e pelos programas implementados nas Faculdades de Direito das universidades públicas portuguesas. Seguindo pressupostos teóricos do Intencionismo Sociodiscursivo, de uma Retórica da Ação e contributos descritivos, as autoras dão destaque ao fato de que, nos referidos documentos, os agentes principais são representados por papéis sintático-semânticos que não seriam expectáveis nestes textos. De acordo com o estudo realizado, constatam que tal fato pode vir a atestar a existência de uma semiotização diferenciada entre a linguagem sobre o trabalho e a linguagem como trabalho. Por fim, as estudiosas ressaltam que, por meio de determinado viés descritivo, o “pretense” objetivo da própria Declaração de Bolonha, o de estimular uma maior participação do aluno no processo de

aprendizagem, de forma a torná-lo mais autônomo e mais facilmente empregável no contexto europeu, pode vir a ser seriamente comprometido.

Para completar a interlocução com a visão lusófona moçambicana, por sua vez, a professora Julieta Machimuassana Langa, com o artigo intitulado “A idiomatidade e a formulaicidade no discurso escrito em português produzido por alunos universitários moçambicanos”, discute, a partir da observação de textos redigidos em Português por alunos universitários, dificuldades de escrita que vão para além do domínio das regras da gramática. Segundo o estudo realizado pela autora, as línguas maternas da maioria desses alunos são de raiz Bantu e utilizadas, sobretudo, em ambientes restritos ou familiares; diferentemente das línguas bantu, o Português, língua segunda da maioria desses alunos, goza do estatuto de língua oficial, do ensino, da administração pública, do contato com o mundo, sendo também a língua que confere prestígio social em Moçambique. A estudiosa ressalta que este quadro propicia transferências linguístico-discursivas, retóricas, culturais e idiomáticas que se manifestam numa variedade de formas de expressão peculiares às línguas e culturas em contato, na comunicação oral ou escrita. Neste artigo a Langa explora até que ponto os alunos sujeitos de sua investigação desenvolvem a fluência e a proficiência na língua-alvo, através do modo como organizam as unidades linguístico-discursivas para expressarem a sua visão do mundo, no contexto interlingue e intercultural em que vivem. Para tanto, discute trechos de 4 (quatro) composições por eles produzidas, que evidenciam aspectos da idiomatidade e da formulaicidade em textos do gênero opinativo e no âmbito da tipologia argumentativa.

Para concluir a interlocução com a visão lusófona brasileira, três artigos fecham este número de *Linha d'Água*, respectivamente, de autorias: do professor José Cezinaldo Rocha Bessa; da professora Rosângela Alves dos Santos Bernardino; das professoras Maria Inês Batista Campos e Maria das Graças Soares Rodrigues.

No artigo intitulado “Dialogismo interlocutivo e construção da autoria em artigos científicos”, o professor José Cezinaldo Rocha Bessa, a partir do pressuposto de que o interlocutor a quem o dizer é dirigido desempenha papel essencial nas escolhas estilísticas do sujeito que fala/escreve, da conversação cotidiana a um tratado científico, examina a construção da autoria na escrita científica, visando a identificar e analisar formas de dialogismo interlocutivo como marcas de

construção da voz autoral do sujeito pesquisador na escrita de artigos científicos. A discussão que o pesquisador realiza toma por base os pressupostos teóricos do Círculo de Bakhtin acerca da abordagem dialógica da linguagem, em diálogo com trabalhos de estudiosos que discutem a escrita científica, e revela resultados do exame dos 10 (dez) artigos científicos coletados em anais de um dos eventos da Associação Brasileira de Linguística. Bessa destaca que, no *corpus* analisado, constatou uma variedade de marcas que indiciam os intensos diálogos que o produtor trava com seus interlocutores na construção do dizer e que a interpretação dessas marcas evidencia que o produtor orienta e orchestra o seu dizer no horizonte de reações, expectativas, julgamentos e apreciações de seus interlocutores, configurando, assim, uma construção autoral que se realiza de maneira fortemente marcada pela dimensão do dialogismo interlocutivo.

No artigo intitulado “Responsabilidade enunciativa em textos acadêmico-científicos: por um tratamento textual/discursivo das operações de citação”, a professora Rosângela Alves dos Santos Bernardino, com base em categorias e marcas linguísticas da responsabilidade enunciativa, e em articulação com estudos do campo enunciativo, realiza uma reflexão acerca do tratamento dedicado às operações de citação em manuais de metodologia científica. Como alternativa ao aspecto essencialmente técnico e prescritivo evidenciado nos manuais examinados, Bernardino põe em debate alguns direcionamentos didático-metodológicos que permitem compreender a citação e explorar seus variados mecanismos por um viés textual/discursivo e que possam nortear a produção e o ensino de textos na universidade, em particular na graduação.

O artigo “Produção de resenha acadêmica: uma abordagem dos gêneros do discurso”, as professoras Maria Inês Batista Campos e Maria das Graças Soares Rodrigues enfatizam a resenha entre os gêneros que foram foco de estudos acadêmicos desde o final da década de 1970 e que ainda trazem dificuldades para os estudantes universitários. Tomando por base noções teóricas sobre gêneros discursivos e ponto de vista, as autoras discutem a escrita de graduandos em Letras, analisando resenhas dentro de um contexto de circulação, produção e recepção. Na primeira parte do artigo, as estudiosas dão destaque à construção teórica realizada, para, na segunda, considerando a categoria do ponto de vista (PDV) como

intrínseca à organização linguística, textual, discursiva e enunciativa da resenha, analisar e refletir sobre os dados encontrados. A título de ilustração, Campos e Soares evidenciam que a análise de uma resenha publicada em revista acadêmica de graduação revelou que o L1/E1 se engajou com o objeto de discurso, ao construir o ponto de vista (PDV), certamente, para influenciar os interlocutores, acerca da obra resenhada e que a natureza do propósito comunicativo do gênero discursivo resenha leva o L1/E1 a assumir um PDV favorável ou não.

Esperamos que as várias interlocuções desencadeadas pelos estudos realizados em Portugal, em Moçambique e no Brasil, de autoria de professores universitários que buscam, na pesquisa, melhores formas de ensinar a escrita na universidade, sob três visões lusófonas da questão, motivem e incentivem o desenvolvimento de novos estudos, nos três países, e, em outros do mundo lusófono, para que a escrita na universidade continue avançando. Fica aqui o nosso convite para muitas outras interlocuções.

Março de 2018